



Número: **0801318-59.2019.8.18.0028**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Floriano**

Última distribuição : **25/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 469,99**

Assuntos: **CNPJ/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES (AUTOR)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
DETRAN PI (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10327566	19/06/2020 12:15	Despacho	Despacho
7838866	13/01/2020 11:41	Certidão	Certidão
7838858	13/01/2020 11:40	Certidão	Certidão
5467546	27/06/2019 09:02	Decisão	Decisão
5447076	25/06/2019 14:45	Petição Inicial	Petição Inicial
5447085	25/06/2019 14:45	Declaratória de Inexistencia de Débito - Detran e Lider - Isenção de IPVA, Licenciamento e DPVAT- Fra	Petição
5447087	25/06/2019 14:45	Documentos - Francisco das Chagas Nunes	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5447088	25/06/2019 14:45	Lei-5911-dispõe sobre dispensa ipva caso de furto ou roubo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara da Comarca de Floriano DA COMARCA DE FLORIANO
Rua Fernando Marques, 760, Centro, FLORIANO - PI - CEP: 64800-000

PROCESSO Nº: 0801318-59.2019.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [CNPJ/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas]
AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

REU: DETRAN PI

DESPACHO

Vistos.

Compulsando os autos, verifico que a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.** não foi citada.

Desta forma, cite-se a parte Ré para, querendo, contestar o feito, no prazo legal.

Expedientes necessários.

FLORIANO-PI, 18 de junho de 2020.

CARLOS MARCELLO SALES CAMPOS

Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Floriano



PROCESSO Nº: 0801318-59.2019.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [CNPJ/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas]
AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

RÉU: DETRAN PI

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

FLORIANO-PI, 13 de janeiro de 2020.

MARIA DORACY ALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Floriano



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Floriano DA COMARCA DE FLORIANO
Rua Fernando Marques, 760, Centro, FLORIANO - PI - CEP: 64800-000

PROCESSO Nº: 0801318-59.2019.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [CNPJ/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas]
AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

RÉU: DETRAN PI

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, decorreu o prazo da parte requerida sem que apresentasse manifestação.

O referido é verdade e dou fé.

FLORIANO-PI, 13 de janeiro de 2020.

MARIA DORACY ALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Floriano





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª Vara da Comarca de Floriano DA COMARCA DE FLORIANO

Rua Fernando Marques, 760, Centro, FLORIANO - PI - CEP: 64800-000

PROCESSO Nº: 0801318-59.2019.8.18.0028

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [CNPJ/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas]

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

RÉU: DETRAN PI

DECISÃO

Vistos.

Defiro a gratuidade judiciária.

FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES ingressou com AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em face de DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN e SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. Em síntese, alega a parte autora é proprietário de uma motocicleta Honda CG 150 FAN ESI, ano e modelo de 2012, cor vermelha, placa OED-6783 e chassi 9C2KC1670CR591066, conforme faz prova.

Em junho de 2015, o autor transitava com seu veículo na Rua Silva Jardim, centro de Floriano, vindo a parar em frente à loja Nortista Confecções, quando foi abordado por dois criminosos em uma motocicleta, auxiliados por outros dois em outra motocicleta, portando uma arma de fogo e, dando-lhe logo voz de assalto, roubaram a sua motocicleta, vindo o autor a registrar de logo toda a ocorrência do crime na 1ª Delegacia de Polícia de Floriano.

Relata que a motocicleta posteriormente, em abril de 2019, foi recuperada pela Polícia Militar em uma inspeção realizada na cidade de Jerumenha (PI), e foi prontamente devolvida ao autor em 15 de abril de 2019, conforme comprova o termo de restituição da Delegacia Regional de Guadalupe (PI).

Afirma que entre junho de 2015 e abril de 2019, foi privado da posse e propriedade de seu bem, em razão de ação criminosa de terceiros. Ocorre que, tão logo recebeu sua motocicleta das autoridades policiais, dirigiu-se aos órgãos estatais para regularizar a sua documentação, tendo recebido da Secretaria de Fazenda do Piauí a isenção da cobrança de IPVA dos anos de 2016 a 2018 em decorrência do roubo, mas não obteve o mesmo benefício do DETRAN (quanto à cobrança da taxa de licenciamento) e da Seguradora Líder (quanto à cobrança do seguro obrigatório DPVAT).



Requer a tutela de urgência consistente na suspensão da exigibilidade das taxas de licenciamentos e seguro DPVAT do veículo do autor, dos anos de 2016 a 2018, determinando que o DETRAN emita o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Anual do veículo, mediante comprovação da quitação dos débitos legais do ano de 2019.

É, em síntese, o relatório. **DECIDO.**

A priori, não vislumbro que estão preenchidos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, liminar, pois, neste momento, não ficaram demonstrados os elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC.

No caso específico, a análise dos argumentos da peça vestibular e das provas pré-constituídas apresentadas não formou a convicção deste juízo a respeito verossimilhança da alegação. Os fatos são controvertidos e somente podem ser melhor analisados sob o contraditório.

Sem adentrar no mérito, **NEGO** a liminar pleiteada por não restar convencido a respeito da verossimilhança da alegação apresentada pela parte autora, deixando de avaliar os demais requisitos da tutela antecipada, por reputá-los prejudicados.

Ressalte-se, por fim, que a denegação da tutela antecipada neste momento não quer dizer que a autora não tenha direito, apenas que, para se obter liminarmente o provimento judicial a urgência o risco de ineficácia da concessão somente ao final são requisitos indispensáveis para o deferimento da medida.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM).

Cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo legal.
Expedientes necessários.

FLORIANO-PI, 27 de junho de 2019.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Floriano



Petição e documentos em anexo.





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Floriano (PI).

FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 733.664 SSP/PI e inscrita no CPF/MF sob nº 342.064.853-72, fone (89) 9 9428-9988, residente e domiciliado na Rua Anfilofio Melo, 7861-A, Irapuá I, em Floriano (PI), por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO PIAUÍ**, representada neste Juízo pelo Defensor Público abaixo assinado, legitimamente investido no cargo de acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Estadual nº 059/2005, vem, à presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E
PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 06.535.926/0001-68, na pessoa do seu representante legal, com sede na Avenida Gil Martins, 2000, Bairro Redenção, CEP: 64.016-900, em Teresina/PI e **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, por seu representante legal, com sede na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, Rio de Janeiro (RJ), com base nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:





I – DA EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O suporte fático da presente ação é simples: o autor é proprietário de uma motocicleta Honda CG 150 FAN ESI, ano e modelo de 2012, cor vermelha, placa OED-6783 e chassi 9C2KC1670CR591066, conforme faz prova o certificado de registro e licenciamento de veículo em anexo.

Em junho de 2015, o autor transitava com seu veículo na Rua Silva Jardim, centro de Floriano, vindo a parar em frente à loja Nortista Confecções, quando foi abordado por dois criminosos em uma motocicleta, auxiliados por outros dois em outra motocicleta, portando uma arma de fogo e, dando-lhe logo voz de assalto, roubaram a sua motocicleta, vindo o autor a registrar de logo toda a ocorrência do crime na 1ª Delegacia de Polícia de Floriano.

A motocicleta posteriormente, em abril de 2019, foi recuperada pela Polícia Militar em uma inspeção realizada na cidade de Jerumenha (PI), e foi prontamente devolvida ao autor em 15 de abril de 2019, conforme comprova o termo de restituição da Delegacia Regional de Guadalupe (PI) em anexo.

Assim, tem-se que entre junho de 2015 e abril de 2019, o autor foi privado da posse e propriedade de seu bem, em razão de ação criminosa de terceiros. Ocorre que, tão logo recebeu sua motocicleta das autoridades policiais, dirigiu-se aos órgãos estatais para regularizar a sua documentação, tendo recebido da Secretaria de Fazenda do Piauí a isenção da cobrança de IPVA dos anos de 2016 a 2018 em decorrência do roubo, mas não obteve o mesmo benefício do DETRAN (quanto à cobrança da taxa de licenciamento) e da Seguradora Líder (quanto à cobrança do seguro obrigatório DPVAT).

Não se figura justo que o autor seja cobrado pela taxa de licenciamento e seguro obrigatório que tem sua origem de incidência na propriedade de veículo automotor terrestre, quando o autor foi privado dessa propriedade por ação de criminosos de 06/2015 a 04/2019, razão pela qual vem buscar a tutela jurisdicional para ver reparada essa injustiça.





II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Como é sabido, todo proprietário de veículo, para obter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Anual (CRLV) deve manter quitado todos os impostos (IPVA), taxas (de licenciamento) e seguro obrigatório (DPVAT), quitados até o ano em curso, conforme determinam o arts. 124, VIII e 128 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O licenciamento está previsto no art. 130¹ do CTB, e a cobrança de sua respectiva taxa, tem lugar pela utilização do serviço público de licenciamento do veículo, sempre que o proprietário do veículo necessitar emitir o CRLV anualmente.

Já o seguro DPVAT, é um seguro obrigatório por força de lei, que tem por objetivo mitigar os danos advindos da circulação de veículos automotores. O fato gerador que enseja o pagamento do respectivo prêmio de tal modalidade de seguro obrigatório é a propriedade de veículos.

Ocorre que estamos diante de hipótese de não incidência tributária dessas obrigações impostas ao autor dos anos de 2016 a 2018. Apesar de muitas vezes ser confundida com o instituto da isenção tributária (inclusive por legisladores, advogados e magistrados), a não incidência configura-se em face da própria norma de tributação, ou norma descritora da hipótese de incidência do tributo. Esta norma descreve a situação de fato que, se e quando realizada, faz nascer o dever jurídico de pagar o tributo. Tudo o que não esteja abrangido por tal descrição constitui hipótese de não incidência tributária. Em outras palavras, tudo que não é hipótese de incidência tributária é, naturalmente, hipótese de não incidência tributária. Objeto, pois, da não incidência são todos os fatos que não estejam abrangidos pela própria definição legal da hipótese de incidência.

¹ Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Existem, todavia, situações em que poderiam ser suscitadas dúvidas a propósito da configuração, ou não, da hipótese de incidência tributária. Nestas situações o legislador, espancando as dúvidas, diz expressamente que o tributo não incide. São hipóteses de não incidência juridicamente qualificada. A lei, nestes casos, exerce função simplesmente didática, preventiva de litígios. A rigor, mesmo sem a norma que afirma a não incidência, ela estaria configurada. É o caso, por exemplo, da Lei Estadual do Piauí nº 5.911/2009, que diz os veículos licenciados nesse estado ficam dispensado do pagamento de IPVA na hipótese de privação de liberdade, por furto ou roubo, hipótese nas quais o imposto não incide porque não existe a propriedade do bem móvel, mas a lei, para evitar dúvidas, explicita essa não incidência.

Inobstante isso, a perda temporária da propriedade do veículo pelo autor, ainda resta o registro de pendência de débitos do requerente, nos cadastros da autarquia de trânsito, de taxas de licenciamento e de seguro DPVAT. A questão jurídica a ser enfrentada diz respeito a aplicação do instituto da não incidência, já reconhecida legalmente para o IPVA, também para a taxa de licenciamento e seguro obrigatório DPVAT.

Ora, perdida, ainda que temporariamente, a propriedade do veículo pelo roubo, logo, não sujeito ao recolhimento nem do IPVA, como reconhecido expressamente na lei, pela mesma razão deve o cidadão deixar de recolher e ser dispensado da taxa de licenciamento e do seguro DPVAT.

Com efeito, o motivo da isenção do pagamento do IPVA é exatamente a perda da propriedade ocasionada pela ação criminosa de terceiros; e esse mesmo fato tido por relevante pela legislação, gera sua aplicação para casos semelhantes, em atenção ao brocardo **“ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositivo”** (onde existe a mesma razão, aí se aplica o mesmo dispositivo legal).

Ainda que paire alguma dúvida sobre se o fato narrado até aqui é hipótese de não incidência de obrigação, tributária ou de seguro obrigatório, Miguel Reale adverte: *“O processo analógico é no fundo um raciocínio baseado em razões relevantes de similitude.*





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Quando encontramos uma forma de conduta não disciplinada especificamente por normas ou regras que lhe sejam próprias, consideramos razoável subordiná-la aos preceitos que regem relações semelhantes, mas cuja similitude coincida em pontos essenciais".

O art. 108 do Código Tributário Nacional estabelece:

Art. 108 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributaria utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

I - a analogia

II - os princípios gerais de direito tributário

III - os princípios gerais de direito publico

IV - a equidade

Parágrafo primeiro. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

Como se vê, a lei veda a aplicação da analogia para **exigir** Tributo, mas **NÃO** para afastá-lo a incidência.

E aqui é desnecessário perquirir acerca da natureza jurídica do seguro DPVAT, eis que essa questão em nada altera a aplicação da legislação, especialmente porque, como dito, IPVA, Licenciamento e DPVAT estão todos inseridos em um mesmo contexto fático-legal; devendo-se a todos dar tratamento semelhante.

Efetivamente, a ausência de dispositivo legal específico esclarecendo que expressamente que o caso de furto ou roubo de veículo, é hipótese de não incidência das obrigações aqui discutidas, como fez a Lei Estadual do Piauí nº 5.911/2009, não impede que o interprete aplique a legislação vigente para casos semelhantes, pois a analogia pode e deve ser aplicada para a integração do sistema, promovendo-se a justiça.

No presente concreto, é perfeitamente admissível e dentro do direito, afastar a cobrança de taxa de licenciamento e de seguro DPVAT durante o período em que o requerente teve seu veículo subtraído, nas mesmas condições estabelecidas na lei estadual





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

para o caso do IPVA, promovendo-se a integração do ordenamento jurídico para a realização da justiça no caso concreto.

Nesse sentido, guardada as devidas peculiaridades de cada caso, inclusive quanto ao erro de distinção entre isenção e não incidência tributária, vem decidindo os tribunais pátrios:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DÉBITO FISCAL - IPVA, TRLA E DPVAT - FURTO DE VEÍCULO - ISENÇÃO LEGAL - SENTENÇA MANTIDA. 1. Na forma do artigo 3º, inciso VIII da Lei nº 14.937/03, o proprietário de veículo é isento do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor quando seu **automóvel for roubado, furtado ou extorquido, desde a data da ocorrência do fato até a devolução do bem, revelando-se inexigíveis, ainda, a TRLA e o DPVAT, em que pese a ausência de comunicação ao órgão de trânsito.** (TJMG, Apelação Cível 1.0693.08.078965-6/001, Relatora: Des.^a TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO, 8ª Câmara Cível, julgamento em 07/02/2013, publicação da sumula em 19/02/2013).

APELAÇÃO CÍVEL. Ação anulatória de débitos fiscais. **Pretensão de exclusão dos débitos relativos a IPVA, licenciamento e DPVAT em exercícios posteriores ao estelionato de veículo que motiva a cobrança.** 1. Preliminar. Não cumprimento de ônus probatório pela autora. Descabimento. Pretender que a apelada, já vítima de crime, comprove 'a conclusão de inquérito policial a fim de esclarecer quem é o titular da propriedade' beira o absurdo. Correta comunicação da prática do delito com a lavratura de Boletim de Ocorrência e competente bloqueio do bem. Legitimidade passiva da FESP quanto ao DPVAT e licenciamento, eis que é quem procede à cobrança do seguro obrigatório, condicionando ao seu recolhimento o licenciamento anual. 2. Mérito. **Fato gerador não ocorrido, uma vez que desaparecido o**





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

próprio objeto do tributo. Dispensa do pagamento de licenciamento, DPVAT e IPVA. Descaracterização de domínio nos termos dos artigos 11 da Lei Estadual nº 6.606/89 e 14 da Lei nº 13.296/2008. Precedentes. 3. Honorários advocatícios. Manutenção da condenação e do valor arbitrado por equidade. Art. 85, § 8º do CPC. 4. Apelo não provido. (TJ-SP 30151713220138260602 SP 3015171-32.2013.8.26.0602, Relator: Oswaldo Luiz Palu, Data de Julgamento: 18/12/2017, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/12/2017).

III – DA TUTELA ANTECIPADA:

A antecipação dos efeitos da tutela tem por escopo o adiantamento da pretensão que fundamenta o pedido da parte autora, tratando-se de provimento de cunho exauriente, embora reversível, a exigir a existência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, a teor da regra estatuída no art. 300 do CPC.

O juízo de verossimilhança importa na alta probabilidade de se ver julgado procedente o pedido principal. Vislumbra-se, pois, como primeiro requisito para a concessão da tutela antecipatória a probabilidade de existência do direito afirmado pela postulante que, nada mais é, do que o **fumus boni iuris**, que se afigura como requisito de todas as modalidades de tutela sumária, e não apenas da tutela cautelar.

Para verem-se antecipados os efeitos da tutela exige-se, ainda, que a demora processual possa acarretar à autora um dano substancial, com características de irreparabilidade ou de difícil reparação. Trata-se do **periculum in mora**. É o que se pode chamar de **“tutela antecipada de segurança”**, já que se presta a assegurar o direito material





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

que se encontra ameaçado, cuja concessão é possível antes mesmo da manifestação do réu no processo, **inaudita altera parte**.

Nesse diapasão, quando da situação fática não pairam dúvidas acerca da existência do direito discutido, presentes os requisitos autorizadores da medida, a concessão da tutela de urgência é medida impostergável. Na hipótese vertente, o **periculum in mora** evidencia-se diante do fato de que a parte autora está sendo penalizada, **ao ser impedida de obter o CRLV de 2019 de seu veículo em decorrência da exigência injustificada do órgão de trânsito do débito ora discutidos. À toda evidência, se o autor continuar a transitar com seu veículo sem o necessário CRLV, está suscetível a imposição de multa por infração de trânsito.**

Toda essa situação, aliado ao fato, de conhecimento notório, de que as demandas judiciais demoram por um longo tempo, acabaria por impossibilitar que o autor use seu bem por tempo indeterminado, que, aliado ao fato de que já esteve privado de seu uso desde 2015, **mostra-se em penalização injusta e excessiva do autor.**

Por todos os argumentos expendidos, comprovado à exaustão se mostra o **fumus boni iuris**. Quanto à arguição de eventual irreversibilidade dos efeitos da tutela jurisdicional que se deseja ver antecipada, traz-se à baila lição do mestre **ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, in litteris:**

“(…) Nestas hipóteses, estar-se-á diante de verdadeira “irreversibilidade recíproca”, caso em que se faz possível a antecipação da tutela jurisdicional. Diante de dois interesses na iminência de sofrerem dano irreparável, e sendo possível a tutela de apenas um deles, caberá ao juiz proteger o interesse mais relevante, aplicando-se o princípio da proporcionalidade, o que lhe permite, nestas hipóteses, antecipar a tutela jurisdicional, ainda que, com tal antecipação, se produzam efeitos irreversíveis.” (in Lições de Direito





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Processual Civil, vol. I, 8ª ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003).

IV – DO PEDIDO:

Ante o exposto, requer:

a) A concessão de medida liminar, **início litis et inaudita altera parte**, consistente na suspensão da exigibilidade das taxas de licenciamentos e seguro DPVAT do veículo do autor, dos anos de 2016 a 2018, determinando que o DETRAN emita o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Anual do veículo, mediante comprovação da quitação dos débitos legais do ano de 2019;

b) seja designada audiência de conciliação ou mediação, conforme art. 319 c/c 334, ambos do CPC/2015, determinando-se, ainda, a citação dos Requeridos, por meio de oficial de justiça, no endereço fornecido neste petição, para comparecerem à aludida audiência e, caso frustrada a tentativa de autocomposição, possam responder aos termos da presente demanda, sob pena de serem admitidos e reconhecidos como verdadeiros os fatos narrados;

c) Seja **julgado procedente o pedido** para:

c.1) Declarar a inexigibilidade dos débitos de taxa de licenciamento e seguro DPVAT do veículo do autor, referentes aos anos de 2016 a 2018;

c.2) Determinar que o DETRAN emita o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Anual do veículo, mediante comprovação da quitação dos débitos legais do ano corrente, excluindo a cobrança de taxa de licenciamento e seguro DPVAT do veículo do autor dos anos de 2016, 2017 e 2018;





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

c.3) Outrossim, que condene a ré nas penas da sucumbência, arbitrando honorários advocatícios, a serem recolhidos aos cofres públicos, na conta bancária do fundo de modernização e aparelhamento da defensoria pública (AGÊNCIA BANCO DO BRASIL: nº 3791-5; CONTA nº 9873-6), tudo conforme prevê os arts. 10, inciso III, e 33, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual nº 059/2005.

d) A intimação do representante do Ministério Público para se manifestar no feito;

e) Por ser pobre na acepção jurídica do termo, requer a impetrante a concessão dos benefícios da justiça gratuita (Lei nº 1.060/50);

f) Seja a parte Autora intimada pessoalmente para a prática de todos os atos processuais, com fulcro no artigo 186, 2º do CPC

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, em especial os documentos que seguem em anexo, depoimento pessoal da autora e do representante legal do réu, além de testemunhas oportunamente arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ 469,99 (quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Termos em que pede e espera deferimento.

Floriano (PI), 25 de junho de 2019.

Daniel Gaze Fabris
Defensor Público

Micael Moab dos Santos Gonzaga
Assessor Jurídico



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 733.664 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/01/19

NOME FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

FILIAÇÃO ISABEL MARIA NUNES DEODORO RODRIGUES NUNES

MATURALIDADE AMARANTE-PI DATA DE NASCIMENTO 26/05/1965

DOC. ORIGEM CERT.NASC. 2227 L A36 F 253V

CPF EXP AMARANTE-PI 27/01/1965 342.064.853-72

1167949

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

1167949

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

Ng de inscrição 342064853-72

Data do Nascimento 26/05/65

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/05/98

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

Mes/Ano Valor R\$ 02/2019 1.900,15

REVISÃO TARIFARIA EXTRAORDINARIA MEDIA DE -1,45% A PARTIR DE 4/2019, CONFORME RESOLUÇÃO ANEL 2.523/2019. LIQUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

COMPOSIÇÃO DA CONTRA - R\$

Descrição	Valor	Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ICMS	Valor do PIS	Valor do COFINS
Energia	22,51	22,51	22,00%	4,95	1,40%	6,49%
Transmissão	7,35	7,35				
Taxas	3,00					
Totais	30,15					

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Para contato: 0843630-0

Para contato: 020252171

ABRIL/2019 18/04/2019

CONTA MÊS

VERIFICANDO

124

TOTAL A PAGAR

11

FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

R. ANILTO DE MELO, 786/A, TRAPUA I

CPF: 00034.2664853-72

CEP: 64.800.000 - FLORIANO

DADOS DA LETURA

Atual	Anterior	Proxima Letura	Emissão	Aperfeiçoamento	Data de Consumo
3718	3594	13/03/26	13/05/26	11/04/26	29

Forma de Pagamento: NORMAL

Código de Irregularidade:

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Endereço

Residencial

Endereço

Al601135

1.1.1.1

HISTÓRICO RMB

Mes/Ano	Valor R\$	Unidade Consumidora	Unidade Consumidora
MAR/19	120	CONSUMO	124 A R\$ 0,863736 = 107,5
FEV/19	120	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COST)	5,0
DEZ/18	171	MULTA POR ATRASO 03/19-00	2,0
NOV/18	59	JUROS POR ATRASO 03/19-00	0,0
OUT/18	81		
SET/18	25		
AGO/18	20		
JUL/18	20		
JUN/18	22		

Taxa por atraso: 0,14

0,14



Av. Marechal Castelo Branco, 101 - Norte - Teresina - PI
Inscrição Estadual: 19.301.656-7 / CNPJ: 06.845.747/0001-27
Internet: www.agespisa.com.br
Atendimento ao Consumidor: 0800 86 8888

Fatura Mensal

MATRICULA		Hidrometro		Referência
2452194-9		A12G060262		ABR/2019
Nome/Razão Social/Endereço FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES RUA ANFILOFIO MELO, 786A IRAPIIA I FLORIANO 64800500 AG= 79				
Situação 3/1	Res. 1	Categorias de Uso Com Ind. Pub	Inscrição 41 3 08 0465 0052-000	
Período de Consumo 21/03/2019		Período de Consumo 23/04/2019		33
Histórico de Consumo				
Mês/Ano	Letura	Consumo	Ocorr.	
10/18	412	9	0	
11/18	423	11	0	
12/18	433	10	0	
01/19	442	9	0	
02/19	451	9	0	
03/19	460	9	0	
04/19	470	10	0	
Forma de Faturamento FATURADO P/ MINIMO DA LIGACAO				
Cód. Responsável 028486529		Código de Tarifa 01		
Consumo Médio 9	Cons. Fluxo Água	Cons. Fluxo Esgoto		
Consumo 10	Consumo Potencial 10			
DESCRIÇÃO DA FATURA				
Cód.	Nome do Serviço			Valor (R\$)
AGUA				28,72
MULTA IMPONTUALIDADE 001/001				0,61
JUROS DE MORA 001/001				0,62
MANUTENCAO HIDROMETRO				1,60

VENCIMENTO

29/04/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

31,55

PAGUE ATÉ O VENCIMENTO. EVITE COBRANÇA DE MULTA/JUROS MORA.
CONFORME LEI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30
DIAS APÓS VENCIMENTO.

CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME PORT. 2914/2010 MS							
Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,5	0,3	Ausente	Ausente
Nº Mínimo de Amostras Exigidas							
Nº Amostras Realizadas							
Nº Amostra que Atende Legislação							
Valor Médio	1.57	1.63	7.26	0.00	0.00	0.00	0.00
Conclusão							

PRESEERVE A QUALIDADE DA ÁGUA, LAVE OS RESERVATÓRIOS SEMESTRALMENTE.

Observações

A AGESPISA NÃO VAI MAIS MANTER SERVIÇO DE ENTREGA DE CONTA
ALTERNATIVA: RETIRE 2 VÍAS SITE WWW.AGESPISA.COM.BR
EVITE JOGAR LIXO NA REDE COLETORES. ESGOTO COLETADO PELA AGES
PISA RECEBE PROCESSO DE TRATAMENTO ANTES DA DESTINAÇÃO FINAL



Assinado eletronicamente por: DANIEL GAZE FABRIS - 25/06/2019 14:44:54

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062514445331400000005219262

Número do documento: 19062514445331400000005219262



**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS DE
OBTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PELA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Nome <i>Fernando dos Santos Nemo</i>				
Estado Civil <i>Solteiro</i>				
Nacionalidade <i>Brasileira</i>		Profissão		
RG <i>733.664</i>		CPF <i>342.064.853-72</i>		
Endereço	RUA/AV <i>Rua Amadorio Melo, 7861A</i>			
	BAIRRO	<i>Irapua I</i>	FONE	<i>9428-9988</i>
	CIDADE	<i>Flomim</i>	CEP	<i>64.800-000</i>

DECLARO, para fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JURÍDICA pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ que recebo mensalmente a importância líquida de R\$ 500,00, sendo pessoa pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, nos termos do que dispõe o art. 5º LXXIV, da Constituição Federal c.c os art. 1º a 4º da Lei 1.060/50 e art. 1º da Lei 7.115/83.

Outrossim, declaro que estou ciente de que a prestação de informações falsas perante funcionário público poderá tipificar o crime de **falsidade ideológica**, previsto no art. 299 do código Penal Brasileiro, cujo pena é de reclusão; 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

_____, _____ de _____ de 201____

Fernando dos Santos Nemo

Declarante



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO CSDPE Nº 026/2012

INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS PARA FINS DE OBTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

1 - INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome	Enrique dos Chagas Junior		
Estado Civil	Solteiro		
Nacionalidade	Brasileira	Profissão	
RG	733.664	CPF	342.064.853-72
Endereço	Rua/Av.		
	Rua Antônio Melo, 4861A		
	Bairro	Inapua I	Fones
	Cidade	Flomama	CEP

2. INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

- a) Renda mensal familiar bruta: R\$ _____ Juntou comprovante: ☐ Sim ☐ Não.
- b) Paga imposto de renda? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$ _____
- c) Paga contribuição previdenciária oficial? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$ _____
- d) Paga pensão alimentícia? ☐ Não ☒ Sim: valor: R\$ 150,00
- f) Recebe rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda do Governo Federal? ☒ Não ☐ Sim: qual? _____
Valor: R\$ _____
- g) Recebe Benefício Assistencial do INSS? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$ _____
- h) Quantas pessoas residem com o(a) assistido(a)? _____
- i) Quantas dessas pessoas possuem fonte de renda? _____
- Especificar nome, grau de parentesco e renda mensal:
- | | | |
|----------|-------------------|--------------|
| 1. _____ | Parentesco: _____ | Renda: _____ |
| 2. _____ | Parentesco: _____ | Renda: _____ |
| 3. _____ | Parentesco: _____ | Renda: _____ |
| 4. _____ | Parentesco: _____ | Renda: _____ |
| 5. _____ | Parentesco: _____ | Renda: _____ |



TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL: R\$: _____

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- a) Possui casa própria? ☒ Não ☐ Sim
- b) Paga aluguel? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$: _____
- c) Paga financiamento de imóvel? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$: _____
- d) Possui automóvel? ☐ Não ☒ Sim. Paga financiamento: ☒ Não ☐ Sim
- e) Paga plano de saúde? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$: _____
- f) Paga mensalidade escolar/de universidade? ☒ Não ☐ Sim: valor R\$: _____
- g) Paga água? ☐ Não ☒ Sim: valor R\$: 34,50
- h) Paga energia elétrica? ☐ Não ☒ Sim: valor R\$: 115,58
- i) outras despesas: especificar: _____ Valor R\$ _____

DECLARAÇÃO HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

DECLARO, para os devidos fins, que as informações supracitadas são verídicas e que sou pessoa pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de minha entidade familiar, nos termos do que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e os arts. 1º e 4º da Lei 1.060/50 e art. 1º da Lei 7.115/83, razão pela qual solicito o DEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA junto à Defensoria Pública do Estado do Piauí.

DECLARO que fui expressamente advertido pelo Membro da Defensoria Pública do Estado do Piauí de que a prestação de informações falsas perante funcionário público poderá tipificar o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, cuja pena é de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, sem prejuízo da condenação ao pagamento do décuplo das custas não recolhidas, conforme reza o art. 4º, § 1º da Lei n. 1.060/50, bem como ao recolhimento de honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo Poder Judiciário e revertidos para o Fundo de Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Piauí - FMADPEP.

Fleamir 16 de Mai de 2019



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES		DETRAN - PI 011241358294 Nº 011241358294 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO	
VEICULO 1 492352434 COD. RENAVAM EXERCICIO 2015		VEICULO 1 492352434 COD. RENAVAM EXERCICIO 2015	
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES ***** *****		FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES ***** *****	
PLACA ANT./UF 34206/85372 PLACA 0ED-6783		PLACA ANT./UF 34206/85372 PLACA 0ED-6783	
ESPECIE TIPO PASS/NOTICIS/O/NEHUHA COMBUSTIVEL ALCO/ASOL		ESPECIE TIPO PASS/NOTICIS/O/NEHUHA COMBUSTIVEL ALCO/ASOL	
MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI ANO FAB. 2012 ANO MOD. 2012		MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI ANO FAB. 2012 ANO MOD. 2012	
CATEGORIA GAP / POT / OIL 09EP/149CC PARTIC		CATEGORIA GAP / POT / OIL 09EP/149CC PARTIC	
COTA UNICA 1 FAIXA IPVA 2 PARCELAMENTO / COTAS 3º PAGO		COTA UNICA 1 FAIXA IPVA 2 PARCELAMENTO / COTAS 3º PAGO	
PREMIO TARIFARIO (R\$) 129,03 IOF (R\$) 4,15 PREMIO TOTAL (R\$) 133,18		PREMIO TARIFARIO (R\$) 129,03 IOF (R\$) 4,15 PREMIO TOTAL (R\$) 133,18	
SEGURO OBRIGATORIO OBSERVAÇÕES		SEGURO OBRIGATORIO OBSERVAÇÕES	
R/DO DOCUMENTO VEICULO NOTICIS/O/NEHUHA NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA		R/DO DOCUMENTO VEICULO NOTICIS/O/NEHUHA NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA	
FLORIANO (Assinatura) ARIO MARTINS DO REGO LOBATO DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI		FLORIANO (Assinatura) ARIO MARTINS DO REGO LOBATO DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI	
DATA 23/3/2015		DATA 23/3/2015	



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

790 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 104346.001490/2015-40

Unidade Policial: 1º DP DE FLORIANO

Resp. pelo Registro: Ricardo Pereira De Sousa

Data/Hora: 18/06/2015 - 11:59

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

1º DP DE FLORIANO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

FLORIANO

Endereço

RUA SILVA JARDIM, Nº:

Complemento

Data/Hora

16/06/2015 - 13:47

Bairro

CENTRO

Ponto de Referência

EM FRENTE A NORTISTA

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

RG: 733664 SSPPI PI

Mãe: ISABEL MARIA NUNES

Pai: DEODORO RODRIGUES NUNES

Endereço: RUA ANFILOFIO MELO, Nº 786A

Bairro: IRAPUA I

Cidade: FLORIANO

Telefone(s): 89-9978-7708 89-9428-9988

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante



NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Roubo de Veículo - MOTOCICLETA.

MEIO(S) EMPREGADO(S)

Meio(s) Empregado

1 - ARMA DE FOGO.

Apreendido

Não

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA.	CG 150	2012	OED6783	9C2KC1670CR591066	482352434	Vermelha

Condutor: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

RG: 733664 Órgão: SSPPI UF RG: PI

End: RUA ANFILOFIO MELO Número: 786A Complemento:

Cidade: FLORIANO UF: PI Bairro: IRAPUA I

Proprietário: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

Cidade: FLORIANO UF: Bairro:

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE ESTAVA VINDO PELA RUA SILVA JARDIM, CENTRO DESTA CIDADE, QUANDO PAROU EM FRENTE A LOJA NORTISTA CONFECÇÕES; E DE REPENTE FOI ABORDADO POR DOIS ELEMENTOS EM MOTOCICLETA HONDA FAN PRETA, E O GARUPO USANDO CAPACETE, CAMISETA REGATA E BERMUDA DESCEU PORTANDO UMA ARMA DE FOGO (REVOLVER) E DEU VOZ ASSALTO E O OUTRO FICOU NA MOTO ESTAVA DE CAPACETE, CALÇA E MOCHILA; E ROUBARAM O VEICULO DO NOTICIANTE; RELATA AINDA QUE OUTROS DOIS ELEMENTOS EM UMA MOTO BIZ DEU APOIO AOS ELEMENTOS "TRANCANDO" A MOTO DO NOTICIANTE; E FUGIRAM EM DIREÇÃO AO BAIRRO BOSQUE. NADA MAIS A RELATAR.

[Assinatura]

[Assinatura]
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES - Noticiante



Assinado eletronicamente por: DANIEL GAZE FABRIS - 25/06/2019 14:44:54

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062514445331400000005219262>

Número do documento: 19062514445331400000005219262

Num. 5447087 - Pág. 7



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1221 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 268877.000026/2019-91

Unidade de Registro: DP DE GUADALUPE

Resp. pelo Registro: Jose Alves De Lima Filho

Data/Hora: 10/04/2019 - 17:00

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DP DE JERUMENHA

10/04/2019 - 14:00

Tipo Local

BARES, RESTAURANTES

Município

JERUMENHA

Bairro

INFORMAR NO COMPLEMENTO

Endereço

BARRA DO LANCE, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

POVOADO DE JERUMENHA

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOSE WELINGTON DOS SANTOS PEREIRA DE SOUSA

Tipo Envolv.: AUTOR

Mãe: TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS

Pai: MARIANO PEREIRA SOUSA

Endereço: ASSENTAMENTO MORO DO SOBRADO, Nº

Complemento: ASSENTAMENTO

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: GUADALUPE

Nome: COSMO OLIVEIRA BEZERRA

Tipo Envolv.: NOTICIANTE/Noticiante

RG: 10956091

Endereço: AVENIDA EURÍPEDES DE AGUIAR, Nº 201

Bairro: PREJUDICADO

Cidade: JERUMENHA

Telefone(s): 89-9421-1065

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

Tipo Envolv.: VITIMA

Endereço: RUA ANFILOFILO DE MELO, Nº 786

Complemento: FLORIANO

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: GUADALUPE

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Receptação.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA	NXR 150 BROS KS	2012		9C2KC1670CR591066	00482352434	Vermelha
Condutor: JOSE WELINGTON DOS SANTOS PEREIRA DE SOUSA						
End: ASSENTAMENTO MORO DO SOBRADO Número: Complemento: ASSENTAMENTO						
Cidade: GUADALUPE UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO						
Proprietário: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES						
End: RUA ANFILOFILO Número: 786						
Cidade: GUADALUPE UF: Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO						

RELATO DA OCORRÊNCIA

Compareceu a esta Unidade de Polícia Judiciária o CB. BEZERRA cmt do GPM de Jerumenna, para relatar que foi anteder uma ocorrência juntamente com sua Guarnição, de uma suposta agressão de um idoso. Que na diligência não encontrou essa ocorrência visto um bar com alguns elementos e algumas motos. Que a guarnição fez uma revista no Bar e documentos das motos. Que an



Assinado eletronicamente por: DANIEL GAZE FABRIS - 25/06/2019 14:44:54

http://tpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062514445331400000005219262

Número do documento: 19062514445331400000005219262

Num. 5447087 - Pág. 8



Governo do Estado do(a/e) Piauí
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ
DELEGACIA REGIONAL DE GUADALUPE
Delegacia de Guadalupe
Rua Piauí, Bairro São Felix

Rubrica



TERMO DE RESTITUIÇÃO

Aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Guadalupe, Estado do Piauí, onde se achava presente o DPC Moises Aragão Linhares, Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí pela mesma autoridade foi entregue ao(a) senhor(a): **FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 733.664 PI, CPF 342.064.853-72, residente e domiciliado na Rua Anfilofio Melo, 786º, Bairro Irapoã, Floriano-PI, 89 99978-7708, que recebeu da Autoridade policial o que segue: **01 (uma) motocicleta de marca Honda modelo CG 150FAN ESI, 2012/2012, cor vermelha, sem placas, Chassis 9C2KC1670CR591066, apreendida em poder de JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS PEREIRA DE SOUSA, referente a IP 003.248/2019.** Nada mais havendo mandou a autoridade encerrar o presente auto que, depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pela autoridade, recebedor e por mim, escrivão o digitei:

Autoridade

Recebedor (a)

Testemunha (a)

Testemunha (a)

Escrivão

Stanley Rossine G. Andrade
ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
MAT. 299.113-6

*certifico que este
auto confer com o
original*
24/04/2019
Delegado de Polícia Civil
MAT. 286874-4





Licenciamento

Placa:

OED6783

RENAVAM:

482352434

Exercício:

2019


Taxas DETRAN					
	Vencimento	Tipo de Taxa	Descrição	Exercício	Valor (R\$)
1	29/03/2018	Seguro	Seguro obrigatório (DPVAT) 2018	2018	185,50
2	29/03/2019	Seguro	Seguro obrigatório (DPVAT) 2019	2019	84,58
3	31/03/2016	Licenciamento	Renovação Licenciamento com multa	2016	98,48
4	31/03/2017	Licenciamento	Renovação Licenciamento com multa	2017	95,74
5	29/03/2018	Licenciamento	Renovação Licenciamento com multa	2018	87,53
6	29/03/2019	Licenciamento	Renovação Licenciamento com multa	2019	75,91

Multa				
	Data da Infração	Vencimento Penalidade	Vencimento Boleto	Descrição
Nenhum débito encontrado para este exercício				

Conectando com o servidor da SEFAZ...

IPVA					
	Vencimento	Descrição	Nº Parcela	Exercício	Valor Total (R\$)
1	29/03/2019	IPVA - Pagamento Integral	Primeira em atraso	2019	87,43
2	10/05/2019	IPVA - Pagamento Integral	Unica	2019	87,43



 ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA FAZENDA DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO - DAR			DAR WEB Versão 4.0	
01 - Inscrição Estadual/RENAVAM 482352434		02 - CNPJ/CPF 34206485372		12 - Período de Referência 2019
03 - Nome ou Razão Social FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES			13 - Data de Vencimento 17/05/2019	
04 - Endereço Completo RUA ANFILOFILO DE MELO			14 - Código da Receita 111015	
05 - Município FLORIANO	06 - UF PI	07 - CEP 64800000	15 - Nº do Documento de Origem 482352434	
08 - Especificação da Receita IPVA - PAGAMENTO INTEGRAL			16 - Número da Parcela Unica	
09 - Informações Complementares PAGAR NA REDE BANCÁRIA CREDENCIADA Valores calculados para data de pagamento 17/05/2019 e sujeitos a homologação posterior pelo fisco			17 - Valor Principal 75,78	
			18 - Atualização Monetária 0,00	
			19 - Juros 1,15	
			20 - Multa 12,25	
10 - Autenticação VIA DO CONTRIBUINTE			21 - Taxa 0,00	
			22 - Total a Recolher 89,18	

11 - Linha Digitável
85640000000-1 89180125191-1 37148235243-7 41901077002-4

LojaMais
 Via Cliente
 Loja MAIS
 Pos:00010701 LT:957 Desc:146 Oper:1077
 17/05/2019 16:33:41

 COBAN:067212 LOJA:0107 PIV:000005
 17-05-2019 BANCO DO BRASIL 16:33:40
 039021207 CORRESPONDEnte BANCARIO 1203

 COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD.BARRAS
 =====
 CONVENIO: SEFAZ IPVA CODIGO BARRAS
 =====
 85640000000 89180125191 37148235243
 41901077002
 NR. DOCUMENTO 1.070.005
 NR. FOLHETO 762.985-2
 DATA DO PAGAMENTO 17/05/2019
 VAL DO PAGAMENTO 89,18
 =====
 NR. AUTENTICACAO 5.810.786.8FS.FEB.188





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI



Informações do Veículo

Placa: OED6783

RENAVAM: 482352434

Marca/Modelo: HONDA/CG 150 FAN

Data de Emissão: 15/05/19 21:03

Informações de pagamento

- Pagável no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BRADESCO e PAG CONTAS.
- Caso o vencimento seja sábado, domingo ou feriado, pagar até último dia útil anterior.
- Pagamento após vencimento, o usuário estará sujeito às penalidades previstas na legislação

Chave: 1579d2e9cf19b81e99281e9d3b45f79e9a6b243c5de78a8d281d984b

ITEM	TIPO	EXERCÍCIO	VENCIMENTO BOLETO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO
1	Autenticação: 3030343832-3335323433-3430303030-303030383435383230313930333239				
	Seguro	2019	29/03/2019	84,58	Seguro obrigatório (DPVAT) 2019 86600000000-4 84580924860-0 80004823524-9 34902111918-6
2	Autenticação: 3030343832-3335323433-3430303030-303030373539313230313930333239				
	Licenciamento	2019	29/03/2019	75,91	Renovação Licenciamento com multa 85660000000-9 75910126191-6 48000482352-6 41903107734-2

LogMais
Via Cliente
LOG MAIS
Pos:00010703 LT:1013 Doc:74 Oper:10703
16/05/19 12:21:57

COBAN:067212 LOJA:0107 POV:000003
16/05/2019 BANCO DO BRASIL 12:21:55
009621207 CORRESPONDENTE BANCARIO 0400

COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

CONVENIO: DPVAT SEGURADORA LIDER

86600000000 84580924860 80004823524
34902111918
NR. DOCUMENTO 1.070.003
NR. CONVENIO 101.591-5
DATA DO PAGAMENTO 16/05/2019
VLR DO PAGAMENTO 84,58
NR.AUTENTICACAO 8.729.ABC.7C2.DF6.E67

LogMais
Via Cliente
LOG MAIS
Pos:00010703 LT:1013 Doc:73 Oper:10703
16/05/19 12:21:38

COBAN:067212 LOJA:0107 POV:000003
16/05/2019 BANCO DO BRASIL 12:21:36
009621207 CORRESPONDENTE BANCARIO 0390

COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

CONVENIO: DETRAN REC CODIGO BARRAS

85660000000 75910126191 48000482352
41903107734
NR. DOCUMENTO 1.070.003
NR. CONVENIO 763.080-3
DATA DO PAGAMENTO 16/05/2019
VLR DO PAGAMENTO 75,91
NR.AUTENTICACAO F.CF1.2E9.C91.BEE.CC8



Assinado eletronicamente por: DANIEL GAZE FABRIS - 25/06/2019 14:44:54

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062514445331400000005219262>

Número do documento: 19062514445331400000005219262



LEI N° 5.911 , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a dispensa do pagamento ou restituição do IPVA de veículo furtado ou roubado, altera dispositivo da Lei n° 4.548, de 29 de dezembro de 1992 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os veículos licenciados neste Estado fica dispensado o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na hipótese da privação do direito de propriedade do veículo, por furto ou roubo, a partir do mês seguinte ao da ocorrência, quando verificado no território do Estado do Piauí, na seguinte conformidade:

I - se o imposto do ano em que ocorreu o furto ou roubo do veículo já tenha sido integralmente pago, o valor a ser restituído no exercício subsequente será de 1/12 (um doze avos) por mês, pela quantidade de meses restantes do ano civil, contado a partir do mês seguinte ao da ocorrência, obedecido para a restituição o mesmo critério do pagamento (cota única ou parcelado);

II - caso o imposto não tenha sido integralmente pago, o recolhimento das parcelas não pagas será suspenso e o valor já pago será restituído na forma preconizada no inciso anterior;

III - se o furto ou roubo ocorreu antes do vencimento previsto para recolhimento do IPVA, o pagamento será proporcional à quantidade de meses que o proprietário manteve a posse, contado inclusive o mês de ocorrência, obedecidos os demais dispositivos desta Lei.

§ 1º No eventual restabelecimento da propriedade, no mesmo ano em que ocorreu o furto ou roubo, a restituição do IPVA será de 1/12 (um doze avos) do valor pago, por mês que o contribuinte (art. 7º da Lei n° 4.548, de 29 de dezembro de 1992) ficou privado da utilização do veículo, não computando os meses da ocorrência e do restabelecimento da propriedade.

§ 2º No caso do restabelecimento da propriedade em ano posterior ao da ocorrência, o imposto deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do restabelecimento, observada a proporcionalidade baseada nos meses restantes do exercício fiscal e a base de cálculo do imposto será o valor venal do veículo (art. 12 e 13, da Lei n° 4.548 de 1992) no mês do restabelecimento da propriedade.

Art. 2º Não se aplica o disposto nesta Lei para o caso de furto ou roubo do veículo ocorrido fora do território piauiense, embora licenciado neste Estado.

Art. 3º Na hipótese de restituição do imposto como previsto nesta Lei, parcela proporcional será deduzida da receita do município, como previsto no art. 172, I, da Constituição Estadual e § 2º do art. 28 da Lei n° 4.548 de 1992.



Art. 4º O § 4º do art. 11 da Lei nº 4.548, de 1992, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11

§ 4º Ocorrendo perda total do veículo, por sinistro, exceto roubo ou furto, ou outro motivo que descaracterize sua propriedade, seu domínio ou sua posse, o imposto será calculado por duodécimo ou fração, considerada a data do evento, não cabendo, entretanto, restituição se a perda se der após o recolhimento do mesmo.”

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei até em 90 (noventa) dias de sua promulgação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2009.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina. (PI), 05 de NOVENBRO de 2009.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

